

## CHOQUE DE GESTÃO

**Antônio Álvares da Silva**

Professor titular da Faculdade de Direito da UFMG

Minas enfrenta notórias dificuldades. Há erros graves que precisam ser enfrentados e corrigidos. Isto não significa desconhecer o que se fez em gestões anteriores. Conseguimos muito, mas a tarefa ainda está longe de ser concluída.

Toque de recolher dado por criminosos ameaça a sobrevivência de comunidades inteiras, que ficam até mesmo sem meios de comprar alimentos. Um gravíssimo problema de segurança pública, que ameaça a própria existência do Estado.

O trânsito caótico neurotiza as pessoas, impede o cumprimento dos horários e dificulta as transações sociais. Se, com a BHtrans, as dificuldades já eram muitas, sem ela não há perspectiva de melhora. O STJ, fora da realidade, com os pés em marte, decidiu que só o Estado ou organizações paraestatais podem aplicar sanções, desconhecendo a realidade da vida atual que mostra a irresistível tendência da despublicização do Estado, através de atividades mistas público-privadas. Temos que pensar nos resultados e não apenas na doutrina e na dogmática. A vida social não é só teoria, mas também é prática e resultado concreto.

O sistema penitenciário exige urgentes reformas. Precisamos dar aos condenados a chance da recuperação. Não basta amontoá-los em prisões, como animais enjaulados. Temos que nos esforçar para reconduzi-los à vida social. Todos sabemos que nosso sistema carcerário não favorece estas atitudes positivas.

A construção do metrô está abandonada. Segue em ritmo lento. Os mais pobres lutam com dificuldades para chegar ao trabalho. É preciso selecionar prioridades. Esta é uma.

A segurança pública é indicada pelas estatísticas como a principal falha do Estado. As pessoas, principalmente as de mais idade, estão com medo de sair à rua. Uma neurose coletiva tomou conta da população. Crimes bárbaros se multiplicam. A qualidade de vida diminuiu. Nenhuma sociedade ameaçada pode ser tranqüila e feliz. Todos precisam de sossego e segurança para viver, criar e produzir.

Aí está um rol de problemas complicados sobre a mesa do Governador. Não é hora de ufanismos fáceis nem de declarações irrealistas. Aliás, não é este o estilo de Antônio Augusto Anastasia. Precisamos de ações articuladas e eficientes. O Governo tem que agir com prudência e capacidade. E é isto que dele se espera.

Foi anunciada a reunião de órgãos importantes da Polícia Civil num único local, para evitar dispersão e garantir unidade de ação. A providência é acertada, mas é apenas o

começo. Deve haver, também de imediato, uma unidade funcional entre as duas polícias, civil e militar. Não é mais possível a separação entre elas. Prevenir crimes e apurá-los é uma única atividade que deve ser realizada por um único órgão policial. Sem esta elementar providência, jamais teremos segurança pública eficiente, mas remendos que importam em gastos sem resultados.

Se a união estrutural entre elas precisa de reforma constitucional, a unificação funcional pode ser feita imediatamente. Num único local, seria instalado um estado-maior conjunto, onde as cúpulas das polícias discutiriam permanentemente os problemas de segurança pública, propondo sempre ações conjuntas, organizadas e efetivas.

Até que se reforme o Código de Processo Penal e se criem os juizados de instrução, compostos de um juiz, um promotor e elementos seletos das duas polícias, então que se organize pelo menos uma ação conjunta e integrada entre elas, para conduzir as investigações mais importantes.

Esta direção conjunta das chefias, no mesmo local, possibilitaria um diálogo permanente que mostraria, em igual intensidade, as falhas e as virtudes da atividade policial, possibilitando ações planejadas, com resposta imediata à criminalidade.

Esta união teria prosseguimento com a futura criação dos juizados especiais criminais, nos bairros, competentes para a pequena e média criminalidade, segundo o mais moderno exemplo de polícia comunitária, que atende ao cidadão no local em que reside.

A estes juizados se somariam fiscais do município, bombeiros, órgãos de defesa e preservação da natureza, tais como IBAMA e IEPHA, todos trabalhando integradamente sob a direção de um magistrado. O mais lastimável de tudo isto é que não faltam pessoas capazes e idealistas, tanto nas duas polícias, quanto nos demais órgãos. O que não há é trabalho conjunto, ou seja, reunião de pessoas capazes para produzir resultados úteis.

Se o elemento humano é preponderantemente bom, o que falta é administração. Numa palavra, choque de gestão e de eficiência, palavras que muito se identificam com a atual chefia do nosso Estado. Então, Governador, mãos à obra. Precisamos crer nas pessoas e nas soluções. A esperança ainda não acabou.

*(Publicado no Jornal Hoje em Dia em 20/04/2010)*